

A IGREJA NO CEARÁ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Aloísio Cardeal Lorscheider*

A questão não será vista detalhadamente no seu ser histórico presente, mas muito mais em suas tendências teológico-pastorais presentes na Igreja do Ceará.

1. Seria bom aprofundar a teologia e pastoral de três grandes personalidades na história da Igreja no Ceará: Dom Luis Antônio, primeiro Bispo do Ceará; P. Ibiapina e P. Cícero. São figuras que deram um grande impulso evangelizador ao Estado, cujos resultados, sem dúvida, perduraram.

2. Hoje, que tendências teológico-pastorais encontramos?

Penso que três grandes modelos: o *modelo da cristandade* (bastante tradicional); o *modelo Vaticano II*; o *modelo Medellín, Puebla e Santo Domingo*.

2.1. O modelo cristandade:

Para entendê-lo devemos olhar a Igreja a partir do séc. IV. É a época em que se inicia um novo tempo de Igreja. É o tempo da *era constantina* que se prolonga até os nossos dias.

1. A Igreja do estado de *missão e catacumbas* (perseguições) passa ao estado de *cristandade* estabelecida dentro dos quadros do Império Romano, apoiado pelas autoridades imperiais e pela crescente expansão da autoridade pontifícia. Na organização pastoral da Igreja influi a administração civil do Império. Foram surgindo as Dioceses, as Províncias eclesiásticas e as Paróquias que nasceram por causa das necessidades rurais. Já nos séc. V e VI criaram-se, na Espanha e na França, *paróquias com sacerdote próprio*.

A cristandade, ao menos até o séc. XII, era entendida e vivida como realidade *eclesiológica e política*. Como tal, na linha de poderes dirigentes, implicava o *sacerdotium* e o *imperium*, tendo, porém, o Romano Pontífice a máxima autoridade sobre o *populus christianus*. A ele se submetem,

ratione peccati, todas as questões temporais, inclusive o próprio poder temporal. Predomina uma eclesiologia *potestas*.

Forma-se nesse período uma imagem e uma idéia da Igreja como instituição *sociológica* no duplo sentido de *sociedade* e de fator *estrutural* da comunidade política.

À medida que a Idade Média avança, consolida-se a convicção de que a missão da *Igreja-Instituição* é ordenar o mundo segundo as Leis de Cristo, de maneira que a Imagem patrística de *Mater Ecclesia* (concepção que teve grande influência nos três primeiros séculos. A Igreja vista com mediadora de salvação: Virgem e Mãe fecunda) substitui-se pela mais imperial de *Ecclesia Regina*, que indica a consciência de soberania e domínio sobre a humanidade, dissociada da perspectiva do mistério. O Papa tem *poder* direto sobre os assuntos específicos da comunidade humana. O Papa é o *árbitro supremo* da cristandade que integra tanto a comunidade eclesial quanto a comunidade política. A Roma pontifícia é considerada *caput, fons et origo, fundamentum et basis, cardo*, de todo o ordenamento cristão e civil do Ocidente. É a Igreja *Piramidal*, a Igreja Instituição sociológica e jurídica.

2. Em íntima interdependência com essa visão eclesiológica desenvolve-se o aspecto de sua *estrutura jurídica*.

Na linha dos *atos*, esse fenômeno está vinculado a dois fatores: a intenção de organizar sistematicamente o material legislativo da Igreja, sempre em aumento por causa da crescente atividade *normativa* dos pontífices e a *recepção do direito romano no direito canônico*.

Na Linha doutrinal vai se impondo certa *hierarcologia*. Teólogos e canonistas esforçam-se por exaltar e determinar a *plenitudo* e a *quantitas potestatis* do Romano Pontífice com relação à Igreja Universal e com relação ao poder político dos príncipes cristãos. Esta tendência *se acentua* por ocasião do conflito entre Bonifácio VIII e Felipe, o Belo (1226-1303), época em que aparecem os *primeiros tratados* sobre a Igreja, centrados exclusivamente em torno da *potestas ecclesiastica* e da *potestas Papae*: Tiago de Viterbo: de *regimine Christiano* (1301-1302); cento e cinquenta anos mais tarde a *Summa de Ecclesia*, de Torquemada.

3. Com esta eclesiologia da *potestas* desenvolve-se uma visão de Igreja já a partir de Gregório VII (1073-1085), no sentido de uma sociedade única submetida à autoridade do Papa. Só o Romano Pontífice é considerado fonte de toda determinação da vida do povo cristão.

4. Quais são as conseqüências dessa eclesiologia?

1. Sem dúvida houve uma profunda inserção da Igreja na comunidade humana daquele tempo. Com a autoridade dos Papas e Bispos, com o apoio das ordens mendicantes e dos príncipes cristãos, a Igreja é a promotora e o sustentáculo da civilização cristã ocidental. Essa obra *de civilização cristã* aparece nessa época e, como a principal tarefa da Igreja-Instituição. Talvez não tenha havido até hoje, época em que a Igreja tenha marcado tanta presença na ordem temporal. Essa presença, porém, conseguiu realizar mais uma *sacralização* do que uma *cristianização* da sociedade medieval.

Cristianização teria havido se tivesse sido dado um testemunho vivo e conseqüente das exigências e dos sinais do Evangelho de Cristo. Sabe-se que tal testemunho e tais sinais não aconteceram. Pensar só no sistema feudal, na concepção romana de propriedade, no temporalismo dos eclesiásticos, na luta pelo poder... Houve uma verdadeira “*eclesiastização*”: o mundo absorvido pela Igreja; o mundo não existe fora da Igreja. Só existe e se constrói segundo a Igreja e na Igreja.

Essa *sacralização* da sociedade tem grande desvantagem: traz consigo uma desvalorização do profano, do secular. Sofremos dessa sacralização até recentemente e ainda temos dificuldade em aceitar a autonomia *relativa* das realidades terrestres.

2. Outra conseqüência *negativa* dessa eclesiologia da *potestas* foi a *consciência eclesial do laicato*, tendo como resultado a *clericalização* da Igreja. A responsabilidade dos leigos como cidadãos do mundo e membros do Povo de Deus fica completamente defasada. Há toda uma desagregação da consciência *comunitária* da Igreja: as relações da hierarquia e do povo tomam o colorido especial de relação da hierarquia com os príncipes. Os fiéis passam a ser considerados como a massa de *súditos* dos dois poderes que dialogam mais entre si do que com a comunidade. Introduce-se uma divisão entre os *negotia saecularia* próprios dos leigos e os *negotia ecclesiastica*, próprios dos clérigos. Conseqüentemente *as coisas da Igreja* passam a ser assunto dos *curas*, que nada têm que ver com as *coisas do mundo*, assunto dos leigos.

3. Outra conseqüência desse crescente processo de *centralização pontifícia* foi que os bispos com a sua comunidade local perdem categoria e consciência eclesial como centros vitais do dinamismo do Povo de Deus. O Papa é concebido como o único bispo da única diocese que é a Igreja Universal: os bispos locais são tidos como *vicarii Papae*. Essa dissociação

entre Bispos e Papa leva à dissolução do espírito de comunhão eclesial. Acentua também mais e mais a distância entre a Igreja Romana e a Igreja do Oriente (não esquecer que em 1054 se deu a separação!). A eclesiologia da Igreja do Oriente e a sua prática pastoral têm sido sempre eminentemente uma expressão de *comunhão*.

4. Outra conseqüência: a consolidação da tendência de Roma para a *uniformidade disciplinar*. Leva necessariamente ao empobrecimento da catolicidade do Povo de Deus e do dinamismo das Igrejas Locais. A esse processo deve também, no Ocidente, a decadência da liturgia.

5. Finalmente, outra conseqüência: a discussão entre o clero chamado secular e as Ordens Mendicantes. Episódio acontecido entre os séc. XIII e XIV.

As Ordens Mendicantes, em colaboração direta e dependência do Romano Pontífice; o Clero secular sob a dependência dos Bispos Locais e detentores da *cura animarum* diocesana e paroquial. Os Mendicantes situam-se na perspectiva da eclesiologia da Igreja Universal: um só povo cristão e uma única autoridade episcopal em relação a todos os fiéis, a do Papa, de quem eles recebem imediatamente a missão e o ofício pastoral, sem vinculação alguma com a Igreja Local. O clero secular, ao contrário, mantém a perspectiva eclesiológica da Igreja Local, chegando inclusive à afirmação exagerada do direito divino dos párocos: o Papa não teria autoridade para intervir na vida das Dioceses e paróquias, a não ser para salvaguardar a unidade eclesial em caso de conflito.

É um problema que, de alguma forma, perdura até hoje.

Infelizmente, nessa época, a diocese e a paróquia mais que campos cristãos de *missão*, tornaram-se centros *administrativos* e *benefícios*. Falta responsabilidade pastoral nos bispos e padres.

6. Se quiséssemos definir de alguma forma este modelo de Igreja, poderíamos dizer que é a Igreja do *status quo*, é a Igreja da opção pelos ricos, é a Igreja da fuga do mundo, é a Igreja burocrática, nada missionária, é a Igreja do assistencialismo, é a Igreja das associações e das Ordens Terceiras, é a Igreja do padre na sacristia, é uma Igreja estática, é a Igreja intimista: os batizados freqüentam a Igreja, rezam, recebem os sacramentos, mas sem incidência na vida real da sociedade. Não é uma Igreja engajada no campo social e político. A missão da Igreja é uma tarefa religiosa, que se realiza dentro do espaço sagrado da igreja, do edifício. Ultrapassar essa fronteira seria cair na ideologização ou politização da fé. É uma Igreja de mãos dadas

com o Estado. É uma Igreja que prega a conversão dos corações, mas não a conversão das estruturas sociais e injustas que aí estão.

2.2. O modelo Vaticano II (modelo moderno)

É o modelo do “aggiornamento” e do diálogo. É o modelo em que a Igreja se identifica com o Povo de Deus, grande conquista do Vaticano II. A igualdade fundamental entre todos os batizados. O batismo é o sacramento fundante da Igreja. Neste Povo temos os diversos *ministérios* e *carismas* dados para a edificação deste Povo e do Mundo. Os bispos, os padres, os religiosos (as), são servidores (as) da comunidade cristã. O Papa é o servo (servidor) dos servos (servidores) de Deus. É a Igreja aberta para os leigos (as) e para o diálogo ecumênico.

É a Igreja presença no mundo, no mundo do trabalho, da ciência, da técnica, da cultura. Tem atenção especial para tudo o que toca a modernidade. É a Igreja da classe média. A Igreja dos Movimentos (Focolarinos, Caminho Neo-catecumenal, Renovação Carismática, Comunhão e Libertação, Cavaleiros de Colombo, Arautos do Evangelho...). Em relação ao mundo deseja o seu desenvolvimento e a promoção da pessoa humana. É uma Igreja melhorada dentro do *status quo*. Socialmente falando, vê-se a situação sócio-econômico-político-cultural como *subdesenvolvida*. O empenho pelo desenvolvimento de todos fará superar esta situação casual.

2.3. O modelo Medellín, Puebla, Santo Domingo

É o modelo popular, o modelo que completa e ultrapassa o Vaticano II.

O Vaticano II ignorou *o sub-mundo*, o mundo da injustiça institucionalizada, o mundo em que ricos cada vez mais ricos produzem pobres cada vez mais pobres *às custas* desses mesmos pobres. A brecha entre ricos e pobres cresce assustadoramente. Não se trata só de um mundo subdesenvolvido; trata-se de um mundo dependente oprimido, *produto* de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas. É um mundo que necessita urgentemente de *libertação*, que significa compromisso com a justiça e se expressa na *profética opção preferencial e solidária pelos pobres*. O que se quer é uma Igreja autenticamente *pobre, missionária e pascal*, desligada de todo o poder temporal e *corajosamente* comprometida na libertação do homem todo e de todos os homens. Não se trata de uma situação de subdesenvolvimento; trata-se, isto sim, de uma situação de injustiça e opressão generalizada, onde a palavra “desenvolvimento/subdesenvolvimento” é insuficiente para expressar a situação. O termo “liberta-

ção” é o mais apropriado. Trata-se de *mudar, transformar*, a situação. Não só conversão dos corações ou da mentalidade, mas conversão, mudanças, também das estruturas sócio-econômicas e políticas.

Quando, nestas Conferências Gerais da América Latina se fala de “profético-profética”, deseja-se dizer que é preciso *anunciar* os valores do Evangelho e *denunciar* os contra-valores, as situações de pecado e comprometer os cristãos na ação transformadora do mundo.

Impõe-se transformar o *status quo*. A Igreja precisa mudar o seu lugar social: uma Igreja Pobre, com os pobres e a partir dos pobres. Isto exige a *opção profética, preferencial e solidária pelos pobres*. Prefiro opção *profética* porque opção evangélica pode ser entendida num sentido adocicado. É preciso inserir-se no mundo dos pobres.

Esta é a Igreja das CEBs, das Comissões de Justiça e Paz, da pastoral dos presídios, do Ninho, das Associações de moradores, lavadeiras, pescadores, trabalhadores... É a Igreja dos mutirões populares (habitação, saúde, alfabetização, contra a fome e a miséria, hortas comunitárias...). Este engajamento social não só deve fazer parte da práxis da Igreja, mas *constituir a sua missão*, já que o Evangelho deve favorecer a vida e vida em abundância. É uma espiritualidade *encarnada* na vida concreta dos pobres e a partir dessa vida concreta.

Diante do que se disse, permanecem duas perguntas: 1) como ser cristão num mundo de miseráveis? 2) como ser cristão num mundo de ricos?

Conclusão

Qual o modelo de Igreja que melhor corresponde aos desafios pastorais da Igreja no Ceará? É, sem dúvida, a partir dos espoliados que a Igreja no Ceará deverá relacionar-se com o Estado, com as pessoas influentes, com o povo pobre. O ideal do cristão não é uma sociedade injusta, mas uma sociedade justa, fraterna, solidária. É preciso superar as raízes estruturais, fundamentando-se na mística do Evangelho.

Vejo como prioridades pastorais *a pastoral urbana, a pastoral da Terra e do solo urbano, a pastoral das CEBs, a pastoral da Juventude do meio pobre, e dentro disso a pastoral vocacional*.

*Aloísio Cardeal Lorscheider

Cardeal Arcebispo de Fortaleza de 1973 a 1995, Arcebispo Emérito de Aparecida/SP